



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1536716 - PR (2019/0196191-2)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**AGRAVANTE** : A V P DOS S (MENOR)  
**REPR. POR** : K L V DA S  
**ADVOGADOS** : KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130  
WILSON EDGAR KRAUSE FILHO - PR042135  
KARIN KASSMAYER E OUTRO(S) - PR036352  
**AGRAVADO** : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR  
**ADVOGADOS** : ELIZABET NASCIMENTO - PR012845  
JULIANA FAGUNDES KRINSKI - PR055051  
KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785  
LUCIANO SILVA DE LIMA - PR063354

### DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **A V P dos S (menor)** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 423):

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - MAU CHEIRO - POLUIÇÃO - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) DA SANEPAR - JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO ANUNCIADO NA SENTENÇA - IMPOSSIBILIDADE, ANTE A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA - PROVA PERICIAL, ADEMAIS, QUE SE REVELA IMPRESCINDÍVEL PARA A CORRETA SOLUÇÃO DA DEMANDA - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PREJUDICADO.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 (fls. 468/475).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 1.022, I, II e III, 373, II, 384, 385, 405, 85 e 1.026, § 2º, do CPC/2015; 6º do CDC; e 14, § 1º, e 3º, IV, da Lei nº 6.938/81. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omissivo; **(II)** é necessária a inversão dinâmica do ônus da prova em favor dos autores; **(III)** "deve prevalecer a descoberta da verdade através de provas acarretadas aos autos, sendo a inversão dinâmica do ônus da prova um dos mecanismos destinado a produção destas provas"; **(IV)** "a simples interposição de recurso enseja a fixação de honorários recursais"; **(V)** a Corte de origem "ignorou o ônus probandi e as provas carreadas aos autos, as quais permitem a análise e julgamento do mérito pela procedência da ação considerando a responsabilidade civil e objetiva com aplicação da teoria integral do risco integral"; e **(VI)** deve ser afastada a multa processual prevista no art. 1.026, §

1º, do CPC/2015.

. Contrarrazões às fls. 512/531.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo não conhecimento do agravo e, alternativamente, pelo improvimento do apelo nobre (fls. 627/633).

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

*In casu*, a Corte de origem deu provimento à apelação da ora recorrente e entendeu pela nulidade da sentença com base em dois fundamentos: **(I)** malferimento ao princípio da não surpresa, na medida em que o juízo de primeiro grau não poderia ter dispensado a produção de provas na própria sentença que julgou o feito em definitivo; e **(II)** imprescindibilidade da prova pericial no caso dos autos, razão pela qual sua dispensa foi indevida. É ver (fls. 430/433):

*No caso, a conduta do julgador, ao anunciar o julgamento antecipado da lide na própria sentença, acabou frustrando as expectativas das partes quanto ao trâmite do processo e, ainda, causou surpresa.*

*O correto, no caso, seria o magistrado ter proferido decisão indeferindo a produção das provas requeridas na inicial (oral e pericial) e na contestação(oral, pericial e documental);e anunciar o julgamento antecipado da lide, intimando as partes para que tomassem conhecimento desta decisão.*

*O julgamento antecipado do mérito será proferido quando o magistrado entender que é possível proferir decisão de mérito com base na prova documental produzida pelas partes.*

*Contudo, antes de proferir tal decisão, cabe ao julgador observar os princípios da cooperação e da não-surpresa, intimando previamente as partes sobre a intenção de julgar o feito antecipadamente.*

[...]

*No caso, esta regra processual não foi observada, pois o magistrado anunciou o julgamento antecipado da lide na própria sentença, o que, com certeza, violou os princípios da não-surpresa e do contraditório, gerando a nulidade da sentença.*

*Assim, como o magistrado, antes de proferir a sentença,não informou as partes sobre a intenção de proceder ao julgamento da causa,de se declarar a nulidade da sentença, por ofensa aos princípios da cooperação e da não surpresa.*

*Não fosse isso, entendo que, no caso, não era possível julgar antecipadamente o feito, vez que a prova pericial era imprescindível para se verificar a ocorrência dos fatos alegados na inicial, assim como na contestação.*

[...]

*Logo, era dever do órgão jurisdicional, em atenção aos postulados do princípio da cooperação, determinar a realização da prova necessária*

*para verificar a existência ou não de poluição atmosférica, gerada por eventual funcionamento irregular da estação de esgoto, o que poderia, inclusive, ser feito com fundamento no artigo 370, do CPC/2015.*

Não obstante, o recurso especial interposto não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que a sentença seria nula pela violação ao princípio da não surpresa. Esbarra-se, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Com relação ao alegado malferimento ao art. 85 do CPC/2015, o qual decorreria da ausência de fixação de honorários recursais, inexistente reforma a ser feita no acórdão recorrido.

Isso porque a majoração dos honorários prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, não é cabível para as hipóteses de provimento do recurso interposto. Sobre esse tema, a jurisprudência do STJ já se firmou no sentido de que a referida majoração só é devida quando estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos: a) publicação da decisão recorrida a partir de 18/3/2016; b) **recurso não conhecido ou integralmente desprovido**; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

No caso dos autos, como a apelação da parte ora recorrente foi provida, inexistente equívoco quanto à não fixação de honorários recursais, uma vez que eles não eram cabíveis.

Nesse sentido, veja-se o **REsp 1.727.396/PE**, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 2/8/2018; o **AgInt nos EREsp 1.539.725/DF**, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017; e o **AgInt no AREsp 1.229.527/RJ**, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 17/5/2018, DJe 28/5/2018.

Por fim, no que atine à multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, o apelo nobre comporta provimento.

Na origem, a parte opôs embargos declaratórios com o objetivo de prequestionar a matéria a ser alegada no recurso especial. Assim, na linha da firme jurisprudência do STJ, a multa imposta em razão da oposição dos aclaratórios (art. 1.026, § 2º, do CPC/2015) deve ser afastada, nos termos da Súmula 98/STJ ("*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.*").

**ANTE O EXPOSTO**, conheço do agravo, para conhecer parcialmente do recurso especial e dar-lhe parcial provimento, apenas para afastar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Sérgio Kukina

Relator